

O RECENSEAMENTO DOS LOCAIS DE CULTO NA CIDADE DE NÁPOLES: MOTIVAÇÕES E FINALIDADES

THE CENSUS OF PLACES OF WORSHIP IN THE CITY OF NAPLES: MOTIVATIONS AND PURPOSES

Annachiara Alabiso¹

RESUMO: O presente ensaio foi inserido em *Il patrimonio architettonico ecclesiastico di Napoli*, organizado pela autora, Massimiliano Campi e Antonella di Luggo, e teve como objetivo o recenseamento de todos os edifícios destinados a culto, iniciado a partir de um projeto da autora em 2009. Partindo de uma primeira pesquisa bibliográfica, iniciou-se, a seguir, todo um trabalho de campo, com visitas e registros fotográficos com finalidade documental. O trabalho capilar de levantamento dos dados pelos funcionários da Soprintendenza per il Patrimonio Artistico foi enriquecido pela colaboração com o Departamento de Arquitetura da Università Federico II di Napoli (chefiado por Antonella di Luggo) e com a Arquidiocese de Nápoles. Para cada um dos locais de culto recenseado foram indicados todos os elementos de identificação como nome correto do edifício, propriedade, endereço, contato do referente, e a colaboração interinstitucional permitiu a integração das bases de dados com novos instrumentos, tais como relevos em 3D e um mapeamento dividido por zonas. A ilustração dos resultados alcançados aspira à constituição de um método de trabalho para as grandes *città d'arte*, todas caracterizadas por uma ligação profunda entre os extraordinários museus e o não menos extraordinário patrimônio constituído pela continuidade do tecido urbano rico em igrejas, palácios, fontes e obeliscos.

PALAVRAS-CHAVE: recenseamento do patrimônio; patrimônio eclesiástico; Nápoles; Itália.

ABSTRACT: The present essay was inserted in *Il patrimonio architettonico ecclesiastico di Napoli*, organized by the author, Massimiliano Campi and Antonella di Luggo and had as objective the census of all the buildings destined for worship, started in 2009 from a project of the author. Starting from a first bibliographical research, a field work was started, with visits and photographic records for documentary purposes. The capillary work of data collection by Soprintendenza per il Patrimonio Artistico was enriched by the collaboration with the Department of Architecture of the Università Federico II di Napoli (headed by Antonella di Luggo) and the Archdiocese of Naples. For each of the places of worship registered were identified all elements of identification as correct name of the building, property, address, referral contact, and inter-institutional collaboration allowed the integration of databases with new instruments as 3D reliefs and a mapping divided by zones. The illustration of the results achieved aims to constitute a working method for the great *città d'arte*, all characterized by a deep connection between the extraordinary museums and the no less extraordinary patrimony constituted by the continuity of the rich urban fabric of churches, palaces, fountains and obelisks.

1 Restauradora da *Soprintendenza Speciale per il Patrimonio Storico, Artistico ed Etnoantropologico e per il Polo Museale della Città di Napoli*. (Tradução de Fabiano Dalla Bona)

KEYWORDS: census of the patrimony; ecclesiastical patrimony; Naples; Italy.

Esta atividade de reconhecimento e recenseamento do patrimônio eclesiástico napolitano é fruto de muitos anos de trabalho, e é baseada na convicção de que – frente às contínuas denúncias sobre o inegável degrado de muitos monumentos da cidade – ainda haja a possibilidade não apenas de operar no setor da conservação e do restauro, mas também de elaborar e fornecer novos instrumentos de conhecimento de um patrimônio não apenas negado, mas, frequentemente, desconhecido tanto sob a ótica cultural como daquela, mais banal, da fruição e, portanto, da sua exata colocação, da propriedade e de seus possíveis referentes. Atividade que, partindo de 2009, e depois enriquecida com vários encontros na Cúria Arquiepiscopal de Nápoles, no decorrer das comissões para as cessões de igrejas fechadas, desenvolveu-se em uma profícua e constante relação com o Departamento de Projeto Arquitetônico e Ambiental da Faculdade de Arquitetura da Università di Napoli Federico II, com a qual foi estipulado um convênio em 2013, e com o Centro Regionale Beni Culturali (CRBC), que em regime de constante parceria com a Soprintendenza Speciale per il Patrimonio Storico, Artistico ed Etnoantropologico, organizou toda a georeferenciação dos edifícios e foi uma referência constante em todo o trabalho de coleta de dados.

O trabalho capilar de reconhecimento dos edifícios eclesiásticos da cidade encontra hoje uma primeira difusão no presente texto, onde são publicados os dados relativos a uma grande parte do centro histórico (Avvocata, Chiaia, Montecalvario, Pendido, Porto, San Ferdinando, San Giuseppe, San Lorenzo e Stella). Especifica-se que as áreas excluídas também foram objeto de recenseamento, consultável na página do CRBC (www.campaniacrbc.it).

Este monitoramento, talvez aparentemente árido, decerto é propedêutico a muitos aprofundamentos que esperamos possam ser

partilhados por aqueles que combatem, ao lado das instituições, pelo conhecimento, pela recuperação e pela salvaguarda dos testemunhos do nosso passado.

A história de Nápoles foi, por séculos, plasmada no papel que nela desempenharam o clero e as ordens monásticas, cujo prestígio passa, também, através dos magníficos, imponentes edifícios que construíam *ex novo* ou que modernizavam para responder às mudanças de gosto e à necessidade de adequar-se às novas normas. A penetração das ordens monásticas e conventuais, masculinas e femininas, em Nápoles e na Europa, em geral, comportou na criação, depois da época das perseguições, de complexos religiosos que, por muitos séculos, foram cidades nas cidades, autossuficientes do ponto de vista organizacional. Eles se expandiram para fora das muralhas, mas ocupavam, também, parte consistente do centro histórico. Naturalmente a amplitude das comunidades variava muito em função da riqueza e do prestígio: algumas eram pequeníssimas, mas em Nápoles os complexos de Santa Chiara, San Domenico Maggiore, Santa Maria La Nova, San Lorenzo Maggiore, Santi Severino e Sossio, Monteoliveto, San Giovanni a Carbonara, Santa Maria Donnaregina Vecchia acolhiam numerosíssimos religiosos e eram verdadeiras *insulae*.

Os tantos complexos religiosos que dos albores do Cristianismo se difundiram na cidade não eram, porém, apenas o granítico símbolo e a afirmação do poder, mas constituíam uma realidade muito variada.

Especialmente a partir do século XVI, eles também foram a expressão da solidariedade social e da vontade de praticar o bem. Graças aos efeitos da Contrarreforma, uma série de iniciativas de caridade voltadas ao socorro dos mais fracos e dos marginalizados floresceu, mas também de nobres decaídos e de jovens mulheres “em perigo”. A Igreja tendia a dirigir tais movimentos, reunindo em seu intento o empenho das classes mais abastadas e influentes, mas, em alguns casos, os aristocratas agiram de maneira autônoma. Portanto,

ao enfrentar o reconhecimento do tecido histórico, artístico e arquitetônico de Nápoles, não se pode prescindir da consciência de uma realidade extremamente variada. Ao lado das obras-primas, foram construídos locais de culto que testemunham casos, em absoluto, menos significativos, mas que, embora fechados, abandonados ou transformados em relação ao destino original, resultam fundamentais para encaixá-los, pelo menos idealmente e em nível cognoscitivo, nas maiores e mais conhecidas pedras preciosas que, todas juntas, formam a grande joia ‘Nápoles’.

Em 1514, a nobre Giovanna Castriota Scanderbegh (? -1592) fundou San Diego all’Ospedaletto, com um hospital para nobres empobrecidos anexo; em 1539, um grupo de nobres deu vida ao Monte di Pietà para combater a usura, administrando empréstimos sem fins lucrativos. O Monte teve a sua colocação definitiva entre 1597-1603 no palácio com capela anexa, da Via San Biagio dei Librai, hoje sede histórica do Banco di Napoli.

Em 1539, a nobre Maria Longo (1463-1539) começou a edificar, com a igreja anexa, o Ospedale degli Incurabili, assim chamado não porque atendia aos enfermos portadores de males incuráveis, mas porque ali eram acolhidos os pobres que não podiam convalescer nas próprias casas. Em 1563, nasceu o Banco dei Poveri nel Nome di Dio, que socorria os prisioneiros por dívidas. Desde 1617, o Banco foi sediado no Palazzo Ricca, sede do Archivio Storico del Banco di Napoli a partir de 1819, e em 1643 foi construída a igreja no interior do pátio. Em 1573, os confrades da Congregazione dell’Oratorio dei Bianchi iniciaram a recolher crianças abandonadas em alguns de seus novos ambientes situados na Rua Catalana a fim de introduzi-los no estudo e no exercício da música. Para proporcionar uma sede mais adequada ao número sempre crescente de órfãos, a partir de 1583 foram construídos, na Via Medina, a Igreja e o Colégio da Pietà dei Turchini, que assumiu as vestes de verdadeiro conservatório musical onde se formaram, dentre outros, Alessandro Scarlatti (1660-1725), Giovan Battista Pergolesi (1710-1736) e

Giovanni Paisiello (1740-1816). Por volta de 1574, Fabrizio Pignatelli di Montefalcone (?-1577), o cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro, fundou um hospital para peregrinos e uma igreja. Ambos foram cedidos por seus herdeiros à Confraternità della Trinità dei Pellegrini que, entre 1792 e 1798, ampliou e reconstruiu o palácio e a igreja. Em 1601, sete aristocratas se reuniram na criação de uma instituição laica para praticar todo tipo de obra de misericórdia e dali surgiu o Pio Monte della Misericordia, com a soberba igreja e o palácio anexo. O Monte Manso di Scala nasceu, por outro lado, por vontade de Giovan Battista Manso, marquês de Scala (1567-1645), em 1608, e em 1629 ele o transformou no Collegio dei Nobili para garantir os estudos gratuitos aos filhos de nobres napolitanos decaídos.

Outros conservatórios e asilos com igrejas anexas nasceram para acolher “donzelas periclitantes” (GALANTE, 1872, p. 40). Para tal finalidade foram erigidas a Igreja e o Conservatório de Santa Maria del Rifugio in Palazzo Orsini, em meados do século XVI; as seiscentistas Maddalena delle Convertite Spagnole, Santa Maria delle Periclitanti ou o Ritiro Mondragone fundado em 1655 com a igreja anexa por Elena Aldobrandini, duquesa de Mondragone (1589-1663), para o “abrigo de damas pobres” (GALANTE, 1872, p. 371).

Numerosos foram, também, os complexos erguidos pela comunidade de cidadãos “forasteiros” que viviam em Nápoles: Sant’Anna dei Lombardi, San Giovanni dei Fiorentini, San Giorgio dei Genovesi. Por outro lado, a já existente trecentista Igreja de Santa Margherita, posteriormente transformada muitas vezes, foi cedida em 1586 pelo arcebispo Annibale di Capua (? – 1595) à nação dos Alemães, que lhe atribuíram o nome de Santa Maria dell’Anima.² Caso singular é aquele da Sacra Famiglia dei Cinesi erigida sobre um palácio da primeira metade do século XVII, de propriedade da princesa de Gallicane. Em 1729, foi vendido a Matteo Ripa (1682-1746), sacerdote missionário de

² A igreja, demolida no período do *Risanamento*, foi reconstruída no final do século XIX e consagrada em 1900 na *Via del Parco Margherita*.

retorno da China. Além da igreja, o religioso idealizou um colégio para jovens chineses, indianos e “de todas as outras nações infiéis” (GALANTE, 1872, p. 423), para lhes proporcionar educação e fazê-los voltar, posteriormente, aos países de origem para a obra de evangelização; construiu também um internato para “educar a juventude estudiosa do local” (GALANTE, 1872, p. 442). Derivado dessa instituição, em 1868 nasceu o *Real Collegio Asiatico*, e em 1878 o *Real Istituto Orientale di Napoli*, destinado ao ensino das línguas vivas da Ásia e da África. É a mais antiga escola de sinologia e orientalística da Europa, sendo ainda hoje o principal ateneu estatal italiano especializado no estudo e na pesquisa das realidades linguístico-culturais das áreas extraeuropeias.

De mais antiga origem e tradição são, pois, as igrejas fundadas ou designadas às corporações de artesãos e profissionais: a Carminiello ai Mannesi, fundada no século XV e refeita entre 1849 e 1870 pelos “mannesi”, isto é, pelos construtores de carroças; Sant’Eligio dei Chiavettieri, isto é, dos ferreiros, que por volta do final do século XV se transferiram para Sant’Elidio al Mercato; San Biagio dei Taffettanari, edificada pelos mercadores de tafetá entre 1530 e 1538 como uma pequena capela; Santa Maria della Libera ai Ferrivecchi, edificada no início do século XIV e concedida em 1561 à congregação dos “lampioneiros”; San Biagio dei Librai, fundada em 1631 pelo Cardeal Francesco Buoncompagni (1592-1641) sob os auspícios dos mestres da “arte dos livreiros”; Santa Brigida dei Calafati, erguida em 1495, e em 1715 confiada à corporação dos calafates, operários especializados na construção e na manutenção naval;³ San Marco dei Tessitori, hoje transformada em oficina, foi fundada em 1544 pela congregação da arte dos tecelões; Santa Maria della Purità dei Notai, igreja e conservatório fundados em 1639 pelo notário Agnello Capestrice, “que designou rendas para as filhas de sua arte” (GALANTE, 1872,

³ O título da igreja destruída no período do *Risanamento* foi transferido para a capela do *Palazzo Ruffo di Bagnara*, na Piazza Dante.

p. 410); Santa Maria Spina Corona, também chamada dos “Trinettari”, pois naquela rua encontravam-se os mercantes de rendas e fitas; Santi Filippo e Giacomo, de 1593, surgida pelas transformações operadas no Palazzo del Principe di Caserta pela poderosa e antiga Ordine dell’Arte della Seta, com um conservatório para as filhas dos negociantes e artesãos de seda; a setecentista Igreja de San Mattia Apostolo ai Canestrari al Porto, que havia sido sede dos fabricantes de cestos, hoje transformada em oficina.

Para reconstruir a história da cidade, também foi importante o reconhecimento das igrejas destruídas, que apenas com os seus nomes fornecem preciosas indicações sobre certas atividades que se desenvolviam nas suas vizinhanças: San Marco ai Lanzieri, demolida no período do *Risanamento*,⁴ assim chamada porque se encontrava na rua onde eram trabalhadas as lanças e as alabardas, ou a Igreja dos Santi Filippo e Giacomo al Vico Barrettari al Mercato, onde estavam os fabricantes de balestras.

Os exemplos citados, que não têm nenhuma pretensão de construir dados exaustivos, são, em vez disso, úteis para conotar uma situação de pulsante dinamismo, na qual sujeitos diversos disputavam o patrocínio da construção de edifícios religiosos com finalidades de culto ou assistencial, extremamente diversificadas.

Se for possível afirmar que no final do século XVIII a situação urbanística da cidade permaneceu invariável, no sentido de que poucos foram os episódios que a transformaram radicalmente, o contrário aconteceu em especial no curso do século XIX e da primeira metade do século XX, quando uma série de fatos ocorreu para abalar o seu vulto e o de suas igrejas.

⁴ Por *Risanamento* entende-se o período de grandes intervenções urbanísticas que mudaram radicalmente o vulto da maior parte dos bairros históricos de Nápoles, em alguns casos, substituindo quase totalmente as construções preexistentes – por vezes de grande valor histórico e artístico – por novos edifícios, novas praças e novas ruas. As intervenções iniciaram após a epidemia de cólera de 1884, na administração do então prefeito Nicola Amore. Foram derrubados numerosos edifícios civis e religiosos para dar lugar ao Corso Umberto, às Praças Nicola Amore e Giovanni Bovio (ou Piazza Borsa), à Via Antonio Depretis e à Galeria Umberto I, entre outras. (N. do T.)

Entre 1806 e 1809, ocorreu uma primeira supressão das ordens religiosas, operada no reino dos Napoleônidas: alguns exemplos são o Convento di Donnaromita, que se tornou a Scuola Pubblica di Applicazione per gli Ingegneri, parte do convento de Monteverginella, sede da Amministrazione di Pesi e Misure; em 1808, foi suprimido o Convento dos Santos Marcellino e Festo, que, depois, em 1907, foi confiado à Universidade.

Também após a “Restauração Bourbônica”, a reconstrução das ordens religiosas foi bastante complexa; numerosos fatores, dentre os quais a carência de vocações e os novos interesses econômicos, impediram o retorno à situação precedente a 1815, e, de fato, impossibilitaram a reabertura de muitos conventos destinados a outros usos. Um sinal precoce dessa nova tendência já havia acontecido sob a dinastia dos Bourbons, quando, após a expulsão dos jesuítas em 1767, o Convento do Gesù Vecchio foi destinado a hospedar as novas Scuole Regie, e em 1774 o Convento da Nunziatella, já sede do noviciado dos jesuítas, tornou-se o Real Collegio Militare.

Em 7 de julho de 1866 foi decretada a segunda supressão, que enunciou as suas razões com as mesmas motivações que haviam caracterizado a primeira: a necessidade de locais para destinar a casas municipais, escolas, hospitais, cárceres, e a necessidade de engordar os cofres do Estado com os bens eclesiásticos. Em 1846, para a abertura da Strada de’ Fossi (o atual Corso Garibaldi) foi demolida a edícula de 1749 que recordava a construção da Strada Marina, cujos mármores e esculturas foram cortados e utilizados na pavimentação da Igreja de San Carlo all’Arena. Após a edificação do primeiro trecho da Via Duomo, em 1860, determinou-se a construção da Igreja de Crocelle ai Mannesi, a demolição da nave direita de San Giorgio Maggiore e de dois vãos de San Severo al Pendino. Em 1864, a Prefeitura de Nápoles designou ao pedagogo Alfonso Casanova (1830-1872) a parte de maior prestígio do Convento de San Domenico Maggiore para o trabalho de educação

e formação de jovens, trabalho que prosseguiu pelo Instituto que leva o seu nome e que ainda está sediado naqueles mesmos ambientes.

Além dessas intervenções isoladas, a partir de 1861 foi elaborado um vasto programa que previa a instalação de infraestruturas e sedes universitárias nos antigos conventos. As áreas identificadas foram aquelas compreendidas entre a Via Anticaglia e a Via Foria e outra na parte posterior da Via Mezzocannone. As igrejas permaneceram, mas foram inevitavelmente transformadas e deturpadas: Sant'Andrea delle Dame, Santa Patrizia, San Gaudioso, já danificado e mantido em abandono após um incêndio durante os movimentos revolucionários de 1799; a construção do Hospital Policlínico causou a destruição quase total dos Conventos da Sapienza e da Croce di Lucca. A partir de 1871, o talho da Via Martucci ocorreu nos terrenos confiscados do Convento de Santa Maria in Portico, e em 1877 a abertura da Via Vittoria Colonna foi feita sobre os do Convento da Ascensione. Em 1872, e, portanto, após a supressão das ordens religiosas, Galante (1872) assinala onze igrejas não mais existentes, das quais, todavia, preenche as fichas com suas descrições. Em 1884, após a terrível epidemia de cólera que assolou a cidade, teve início o período do *Risanamento*, que afetou principalmente a área compreendida entre a cidade de fundação grega e o mar. O saldo foi a destruição de sessenta e três igrejas e de um número impreciso de arquiconfrarias. Todavia, Alisio aponta que

a Comissão instituída pela Câmara de Vereadores já em 1874, e cujos trabalhos duraram até 1878, mesmo reconhecendo a destruição do patrimônio primitivo justificado pelo degrado dos bairros, conseguiu salvar muitos monumentos, como o Complexo Conventual de *Donnaregina Vecchia* e o Convento de *San Lorenzo Maggiore*. (ALISIO, 1985, p. XXVII- XXVIII)

Durante o período fascista, em 1932 a Administração Cívica decretou a derrubada do Complexo de *San Tommaso d'Aquino*, e, em 1934, da Igreja de San Giuseppe Maggiore, para a “recuperação” do distrito *Carità*; entre 1933-

1936, na área dita dos Guantai Vecchi nas proximidades do Mosteiro de Monteoliveto, a construção do Palácio dos Correios de Giuseppe Vaccaro (1896- 1970) e a abertura da atual Piazza Matteotti provocaram uma profunda modificação na estrutura do complexo e, principalmente, dos seus claustros.

O evento traumático, por excelência, foi a segunda Guerra Mundial: como efeito dos bombardeios de 1943, treze igrejas foram arrasadas.

No pós-guerra, nos anos da operação “mãos sobre a cidade”, em 1952-1953, com a motivação, depois revelada pretextual, de que haviam sido danificados pelo conflito, junto com o Teatro dei Fiorentini, o palácio e a ponte de Egidio Tappia, foi derrubada a Igreja de San Giovanni dei Fiorentini para dar lugar a prédios construídos num espírito de especulação imobiliária;⁵ na zona da Duchessa foram demolidos a Igreja e o Mosteiro da Maddalena, fundados no século XIV por Sancia di Maiorca (1285-1345), mulher de Roberto d’Anjou (1275-1343), restaurados em 1721 e depois em 1831; em 1959, a mesma sorte tocou a Sant’Anna di Palazzo, condenada já há tempos, tanto que o título paroquial foi passado, em 1819, à vizinha Igreja do Rosario di Palazzo. Nesse mesmo período, foram definitivamente eliminados os restos da quatrocentista Igreja de San Sebastiano, refeita em formas barrocas por Frei Giuseppe Nuvolo (1570-1643), e nos anos 1960 foi destruída a Igreja de Santa Maria dello Splendore, da qual permanece apenas o simples portal em piperno, ⁶ enquanto o convento, totalmente corrompido na sua estrutura original, é desde 1988 um centro polifuncional.

Em 1906, havia sido destruído o trecentista Castello del Carmine e, a partir dos anos 1930, deu-se a modernização da zona do Porto, eliminando em grande parte o tecido urbanístico de origem medieval e planejando a transformação da Strada Nuova, a atual Via Marina, que prosseguiu também

⁵ Com o mesmo nome foi construída em 1959, na Piazza degli Artisti no bairro Vomero, uma igreja que acolheu parte das obras do importante monumento quinhentista.

⁶ O piperno é uma rocha magmática de cor acinzentada, abundante na região da Campania. (nota do tradutor)

no pós-guerra com outras demolições. No âmbito desse projeto, em 1968 foram destruídas a Marina del Vino e a Igreja de Santa Maria delle Grazie dei Pescivendoli e a Capela de Santa Croce agli Orefici; nos primeiros meses de 1980, foi abatido o segundo claustro do Complexo do Carmine; em 1981, com decisão tomada muito antes do terremoto, foram derrubadas as decrépitas igrejas de Santa Maria delle Grazie alla Zabatteria e de Sant’Arcangelo degli Armieri, cujo título foi assumido pela vizinha igreja de San Giovanni in Corte.

Após o desastroso sismo de 1980, se comparada à Irpinia e à Basilicata, Nápoles foi atingida em menor escala, mas os efeitos do evento tiveram, de toda forma

[...] a crueldade de desnudar e de constatar em toda a sua gravidade, os muitos danos da antiga construção napolitana civil e religiosa. Onde foram feitas intervenções consolidando estruturas, reparando coberturas, onde a manutenção periódica havia sido feita, a onda sísmica havia deixado apenas marcas marginais ou superficiais, mas onde tudo isso não tinha sido possível ou se tinha negligenciado todo tipo de intervenção de manutenção ordinária, ali os danos foram de dramática relevância. (SPINOSA, 1985, p. XIV)

Não obstante isso, nenhum edifício desabou por causa daquele trágico evento, nem qualquer igreja foi derrubada. Evidentemente, em relação à época do *Risanamento*, do período fascista ou dos anos 1950-1970, quando foram destruídos importantes edifícios para criar os novos traçados viários, ou por mera especulação imobiliária, ou porque se preferia destruir muito mais que restaurar, uma diferente mentalidade vinha se insinuando. A mais de trinta anos de distância, é de se perguntar se hoje não estamos assistindo a uma perda mais lenta, mas não menos dolorosa, a um degrado não mais facilmente contido pela crônica falta de recursos ou agravado pelo vazio cultural que gerou um progressivo desinteresse em relação ao patrimônio histórico e artístico.

Outro fator que aumenta a gravidade da situação é a profunda e persistente crise econômica que provocou um contingenciamento dos

financiamentos para os restauros, a catalogação e os registros fotográficos. Este trabalho procura contribuir, em uma diversa perspectiva, em direção a um futuro diverso. Se no futuro houvesse uma política para os bens culturais que pudesse e quisesse enfrentar, finalmente, o restauro gradual de todo o patrimônio histórico, artístico e arquitetônico da nossa cidade, estaríamos, por certos aspectos, não adequadamente preparados. Nesse quadro complexo pensou-se em construir, praticamente a custo zero, um primeiro banco de dados exaustivo de onde partir nessa auspiciável, talvez utópica, eventualidade, e à qual “o verso no qual escoo, onde desce segundo a corrente. Mas o futuro de um rio é à nascente” (DE LUCA, 2011, p. 10). Quase sempre os escritores de talento conseguem dispor de palavras que contenham, em subitâneas sínteses poéticas, também sugestões de reflexão para um trabalho como esse. Ele sempre inspira no ensinamento de *Napoli Nobilissima, Rivista di Topografia ed Arte Napoletana*, periódico publicado em três distintas fases a partir de 1892, cujo espírito exemplar ainda é digno de profunda admiração. A revista foi fundada por um grupo de eruditos, literatos e historiadores, dentre os quais Benedetto Croce (1866-1952), Michelangelo Schipa (1854-1939), Giuseppe Ceci (1863-1938), Giustino Fortunato (1848-1932) e Vittorio Spinazzola (1863-1943), ao qual, a seguir, se juntaram Bartolomeo Capasso (1815-1900) e Nunzio Federico Faraglia (1841-1920). O programa foi estabelecido por Salvatore di Giacomo (1860-1934), e o título escolhido por Croce, parafraseando aquele do guia de Domenico Antonio Parrino, *Napoli città nobilissima e antica e fedelissima*, publicado em Nápoles em 1700. A explícita finalidade era “a conservação, o respeito e o melhoramento de tudo aquilo que representa o nosso patrimônio antigo, disseminado pelas ruas da cidade”. (CARAFA et alii, 1892, p. 2) Não é casual que, depois de um período de interrupções, ela tenha sido refundada, em 1961, por Roberto Pane (1897-1987), um dos maiores e mais atentos intelectuais que Nápoles já teve, e que, sucessivamente em 1970, também esteve à frente de pesquisas sobre o centro

antigo, das quais uma grande parcela se dedicava à construção sacra, posteriormente editada por alguns docentes da Faculdade de Arquitetura de Nápoles.

Além disso, como já assinalado por Spinosa (1985, p. XIII), dentre as maiores contribuições para uma mais ampla e articulada definição dos diversos aspectos relativos à tutela, à conservação e ao reuso de toda a área do centro antigo napolitano, deve ser lembrado o documento provisório, hoje desaparecido, intitulado “O Centro Histórico de Nápoles: investigação sobre os equipamentos e sobre as disponibilidades imobiliárias. Algumas avaliações sobre as atividades produtivas” (*Il Centro Storico di Napoli: indagine sulle attrezzature e sulle disponibilità immobiliari. Alcune valutazioni sulle attività produttive*), elaborado em julho de 1978 pelo *Dipartimento Urbanistico per l'intervento sul territorio* da Prefeitura de Nápoles. Dividido por zonas, estava articulado em fichas analíticas para cada um dos edifícios, tanto sacros como civis, necessitados de intervenção conservativa e a serem destinados a novos usos. A revisão de Galante seguiu nessa linha cultural. Logo após o terremoto, aos cuidados e por desejo de Nicola Spinosa, uma equipe de estudiosos se debruçou sobre a revisão crítica do *Guida sacra della città di Napoli*, do canônico Gennaro Aspreno Galante, publicada em 1872. O autor foi um fino intelectual que ocupou importantes cargos, dentre os quais aquele de “*canonico cimeliarca*”, isto é, guardião do Tesouro da Catedral de Nápoles. O guia do religioso, o último do século XIX, nasceu da tradição iniciada por D'Eugenio, por De Lelis e por Catalani,⁷ e diversamente de Sarnelli, de Celano e

⁷ CARACCILO, Cesare d'Eugenio. *Napoli sacra ove oltre le vere origini e foundationi di tutte le chiese, monasteri, spedali, & altri luoghi sacri della città di napoli, e suoi borghi, si tratta di tutti li corpi e reliquie de' santi e beati che vi si trovano, con breve compendio di lor vite, e dell'opere pie vi si fanno*. 2 vol. Napoli: Ottavio Beltrano, 1623. DE LELLIS, Carlo. *Parte seconda o vero Supplimento a Napoli sacra di D. Cesare D'Eugenio Caracciolo*. Napoli: Roberto Mollo, 1654. CATALANI, Luigi. *Le chiese di Napoli descrizione storica ed artistica*. 2 vol. Napoli: Tipografia Fu Migliaccio, 1845.

de Sigismondo,⁸ foram incluídos na sua meticulosa pesquisa apenas o patrimônio de arte conservado nas igrejas e nos edifícios sacros napolitanos.⁹ A finalidade da revisão crítica de 1985 era aquela de atualizar, com bases científicas e filológicas, o vasto aparato de notícias históricas e arquitetônicas fornecido pelo estudioso em 1872. Inevitável, porém, foi o confronto entre a situação dos monumentos ilustrada no século XIX e aquela encontrada no final do século XX. Das 413 igrejas citadas por Galante em 1872, 133 estavam, na ocasião, abertas ao público, 32 fechadas para trabalhos de restauro pós-terremoto, 25 atribuídas a uso impróprio ou para outras funções.

Nessa mesma linha cultural, Maria Caputi publica, em 1994, *Napoli rivelata*, sob os auspícios da Arquidiocese de Nápoles e da Fundação *Napoli 99*. A obra está circunscrita à tradicional subdivisão do centro antigo em seis zonas (Pendino, Porto, San Giuseppe, San Lorenzo, Vicaria, Mercato) e cada parte é introduzida por duas planimetrias da zona correspondente e de uma listagem dos dados essenciais, sendo subdividida em três seções concernentes às igrejas ativas, igrejas não ativas e igrejas destruídas. Um texto precioso, cuja finalidade era a de chamar a atenção sobre o estado das construções sacras em abandono, e de fornecer um instrumento de orientação a respeito da condição das construções sacras na área antiga de Nápoles.

De 1994 a 1996 foram publicados, aos cuidados da Soprintendenza per i beni Artistici e Storici di Napoli e Provincia, mais uma vez estimulados por Nicola Spinosa, os fascículos *Napoli Sacra: guida alle chiese della città*, dividido em quinze itinerários, instrumentos úteis para o conhecimento, também, dos

⁸ SARNELLI, Pompeo. *Guida de' forestieri curiosi di vedere, e d'intendere le cose più notabili di Pozzoli, Baja, Miseno, Cuna, ed altri luoghi convicini, ritrovata colla lettura de' buoni scrittori, e colla propria diligenza*. Napoli: Antonio Bulifon, 1685. CELANO, Carlo. *Notizie del bello e dell'antico e del curioso della città di Napoli*. 10 vol. Napoli: G. Raillard, 1692. SIGISMONDO, Giuseppe. *Descrizione della città di Napoli e suoi borghi*. 3 vol. Napoli: Fratelli Terres, 1888-1889.

⁹ Galante, porém, na premissa ao leitor, escreve: “[...] não reputei inútil a publicação de um novo Guia de Nápoles, que agora tem por objetivo apenas a parte sacra” (GALANTE, 1872, p. I), deixando supor que teria realizado um outro sobre as construções civis, ao qual, evidentemente, jamais se dedicou.

edifícios sacros menores. Preciosa, também, foi a publicação de Antonio Lazzarini sobre as confrarias napolitanas, *Confraternite napoletane: Storia-Cronache-Profili* (Napoli: Laurenziana, 1995, 2 vol.); outro instrumento essencial foi o complexo e capilar trabalho desenvolvido por Italo Ferraro no seu *Atlante della città storica* (Napoli: Oikos Edizioni, 2012-2014, 8 vol.) que trata de cada monumento da cidade na sua qualidade artística individual e na sua ligação com a situação urbana.

O atual recenseamento nasce exatamente do relatório sobre o estado das igrejas citadinas feito por Galante em 1872, da sua revisão crítica de 1985, do texto de Caputi de 1994, dos fascículos de *Napoli Sacra* editados entre 1994 e 1996 e dos volumes de Lazzarini e de Ferraro. Ademais, registra as inevitáveis mudanças às quais a cidade continua a estar sujeita, fazendo as contas com a presença contínua, no vivo tecido urbano, ao lado de exemplos também notáveis de arquitetura civil e de construções de moradia, de um imenso patrimônio de antigas construções religiosas de excepcional interesse histórico-artístico ou documental, sustentado por uma miríade de casos menores como capelas, arquiconfrarias, edículas votivas, que, todavia, assinalam o aspecto e a percepção imediata da cidade, em uma continuidade que é exatamente o valor que nos colocamos a tarefa de salvaguardar. Grande contribuição ao reconhecimento dos locais, iniciado sobre base bibliográfica, foi dada pelo conhecimento direto de um patrimônio, não obstante tudo, ainda rico e precioso, e também de uma profunda e inegável beleza, através de pesquisa de campo realizada por um grupo de funcionários da Superintendência, muitas vezes com grande dificuldade e que, em alguns casos, foram inclusive impossíveis (nesta situação foi fotografado apenas o exterior do edifício monumental). Diante de igrejas que por vários motivos estão inacessíveis, embora dotadas de acervo fotográfico, está em fase de elaboração um projeto partilhado pela Faculdade de Arquitetura e o CRBC para que elas sejam visitadas virtualmente.

Neste trabalho procurou-se dar uma consistência ao velho, mas sempre atual conceito de que o conhecimento é a premissa irrenunciável a garantir a conservação e a valorização; conceito que, se não colocado em prática, acaba por se tornar estéril e inútil. O passo seguinte não consistiu, portanto, em uma simples listagem de edifícios religiosos, mas na coleta de fichas de registro que, nascidas do reconhecimento direto dos locais, fornecem dados fundamentais sobre a sua história (catalogação, restauros sofridos e restauros por realizar, furtos e descobertas) e sobre seu atual estado, obtidos para além das pesquisas de campo, dos registros fotográficos, da pré-inventariação, dos projetos de recuperação arquitetônica e dos projetos de restauro histórico-artístico.

Um dos dados mais importantes das fichas, ainda a ser integrado, é relativo aos restauros, tanto os já realizados quanto os por realizar, e aqueles que, dada a sua complexidade, em muitos casos, foram postergados ou ainda estão sendo realizados, ou também aqueles jamais iniciados ou que não poderão ser completados sem a liberação dos recursos necessários. Todavia, os financiamentos conspícuos liberados após o terremoto de 1980, e de fato drasticamente descontinuados nos últimos anos, tinham consentido a realização de consideráveis intervenções no patrimônio eclesiástico napolitano, como por exemplo, na Catedral, em San Gregorio Armeno, em Santa Chiara, em San Domenico Maggiore, na Nunziatella, ou em Santa Maria degli Angeli a Pizzofalcone, Santa Maria della Sanità, San Paolo Maggiore e na Annunziata. Em relação a 1985 e à triste lista de igrejas ainda impraticáveis feita por Spinosa (1985, p. XI-XII), foram restauradas e reabertas: Pietrasanta e a vizinha Capela Portano, Sant'Aspreno al Porto, a Croce di Lucca, a dos Girolamini, a Incoronata a Via Medina, a Sant'Andrea delle Dame, a Sant'Aniello a Caponapoli, a San Domenico Soriano, a dos Santi Filippo e Giacomo, a San Giovanni Maggiore, a San Giovanni a Carbonara, a dos Santi Marcellino e Festo, a do Divino Amore, a Santa Maria Donnalbina, a Santa

Maria Donnaregina Nuova, a Santa Maria della Pace, a dos Santi Severino e Sossio, a Santa Maria la Nova, a Santa Maria Egiziaca a Pizzofalcone, a Sant’Agostino degli Scalzi e a Santa Teresa agli Studi.

Para diversos edifícios, é de fundamental importância terem sido elaborados orçamentos de restauro e manutenção que, na eventualidade de futuros financiamentos, poderiam ser uma primeira orientação para uma estimativa dos custos de intervenção.

Também de grande utilidade é a continuidade do trabalho de reconhecimento da propriedade de cada um dos edifícios, pois é essencial o papel que as entidades proprietárias ocupam: as Universidades, o Asl, o FEC (Fundo dos Edifícios de Culto dirigido pelo Ministério do Interior), o Patrimônio Público, a Região Campania, a Arquidiocese de Nápoles, a Prefeitura e a iniciativa privada. De fundamental importância será o acordo entre as instituições e a Administração Municipal, parceira irrenunciável tanto como proprietária de muitos edifícios religiosos, mas, principalmente, como o interlocutor que permanece após o restauro e que deve valorizá-lo, cuidando do contexto: impedindo o estacionamento selvagem ou, inclusive, a circulação de automóveis em zonas proibidas ao tráfego, fiscalizando o posicionamento correto das caçambas de lixo, fazendo a manutenção das floreiras, cestos de lixo, controlando e regulando a ocupação dos espaços públicos onde estão presentes edifícios monumentais, disciplinando a tipologia do mobiliário público e da sinalização, combatendo as pichações que sujam os monumentos e as fachadas das construções. Isto porque, mesmo os restauros mais cuidadosos e de excelente qualidade, não apenas no centro antigo e histórico, mas também na Nápoles das periferias, que sempre Nápoles é, acabam por se tornar inúteis e arriscam se tornar “catedrais no deserto”.

Visto que iniciativas fragmentárias são ineficazes e pouco produtivas, é, enfim, urgente a necessidade de um projeto coerente e orgânico ao qual se

agreguem os diversos protagonistas, cada um dos quais deve fazer a própria parte, não em contradição, mas participando de um plano partilhado.

Este trabalho de recenseamento e reconhecimento que partiu dos historiadores da arte da Superintendência Especial para o Patrimônio Histórico, Artístico e Etnoantropológico e pelo Polo Museológico da Cidade de Nápoles, desenvolvido em colaboração com o Departamento de Arquitetura da Università di Napoli Federico II, engenheiros e técnicos de informática do CRBC foi concluído no que diz respeito aos edifícios sacros. Tinha-se escolhido iniciá-lo com ele, pois se trata, na maior parte, de edifícios públicos cujo patrimônio, como aquele dos museus, é visível aos napolitanos e aos turistas, e está sob a tutela das Superintendências. Mas a natural continuidade e a grande aspiração é que ele possa ser estendido, usufruindo das competências profissionais necessárias, ao recenseamento de toda a edificação civil, mesmo de menor interesse arquitetônico, com a sinalização de obras artísticas (portais, portões, pinturas murais, estuques e esculturas); trabalho que deveria ser a continuidade do que foi meritoriamente iniciado e conduzido a bom termo por Gemma Cautela para a Superintendência para os Bens Artísticos, e por Paolo Mascilli Migliorini para a Superintendência para os Bens Arquitetônicos, Paisagísticos, Históricos, Artísticos e Etnoantropológicos de Nápoles e Província. Já em 1985, Leonardo Di Mauro notava que o interesse pela Nápoles sacra a despeito da Nápoles laica havia sido premente em todo o século XX, e que, desse pondo de vista, “Nápoles parece, hoje, uma cidade conventual, muito mais do que no século XVII” (DI MAURO, 1985, p. XLVI-XLVII). Porém, ainda que até agora falte um trabalho sistemático, desde 1985 muito já foi feito: nas ruas principais foram criadas placas turísticas que assinalam alguns monumentos de prestígio, vários estudiosos empreenderam pesquisas específicas sobre a construção civil e o próprio Di Mauro, que coerentemente sempre orientou os seus estudos e a sua atividade didática pela valorização da construção civil, com o organizador do ciclo de

conferências sobre *Palácios e Villas Napolitanas*, que desde 2012 acontece no Palácio Zevallos Stigliano, em Nápoles, favoreceu um aprofundamento sério e uma crescente familiaridade com um patrimônio efetivamente negligenciado, também por dificuldades de acesso a uma propriedade quase sempre particular e pelas enormes modificações que sofreu, também em relação ao flagelado patrimônio eclesiástico.

A partir de 2009, o Departamento de Tutela e Valorização da Superintendência Especial para o Patrimônio Histórico, Artístico e Etnoantropológico, juntamente ao Polo Museológico da Cidade de Nápoles, efetuou o recenseamento completo de todos os locais nascidos para o culto, de alguns importantes palácios, teatros, fontes e algumas edículas, cuja listagem foi integrada pela Prefeitura de Nápoles em 2011.

Como já assinalado anteriormente, a pesquisa foi realizada a partir da fotografia do estado de conservação das igrejas citadinas elaborada por Galante em 1872, integrada pelas contribuições bibliográficas sucessivas, conectadas também à ampliação urbanística e ao fato que, entre 1925-1926, haviam sido fundidas a Nápoles algumas zonas que anteriormente eram administrações autônomas: San Pietro a Patierno, Secondigliano, San Giovanni a Teduccio, Miano, Marianella, Piscinola, Chiaiano, Barra e Ponticelli.

Em relação ao guia de Galante que assinalava, à época, 413 edifícios sacros, e aos fascículos de *Napoli Sacra* que apontam cerca de 480 deles, foram recenseadas 2448 emergências monumentais, das quais 643 são edifícios com destinação original ao culto; destes, mais de 200 estão fechados ou são de difícil acesso. O recenseamento compreende também os locais não mais destinados ao culto como igrejas, capelas e arquiconfrarias modificadas ou alteradas por diversas razões, às vezes impróprias, mas ainda arquitetonicamente identificáveis. Foram excluídos os monumentos completamente destruídos, dos quais não restou nenhum vestígio material, como as igrejas derrubadas durante o *Risanamento*, das quais, todavia, foi feita

uma lista. O número é muito pequeno em vista da peculiar história da vida cultural e religiosa napolitana, que assistiu no decorrer dos séculos a uma proliferação de imóveis para o uso sacro no centro histórico da cidade. Todo o patrimônio eclesiástico foi georeferenciado e teve identificada, como se disse, a sua propriedade. Ademais, foi verificada a possibilidade de acesso aos edifícios, que varia da imediata fruibilidade entre os que estão abertos (todos os horários e os dias de abertura foram inseridos na página oficial da Superintendência na seção Tutela e Valorização), os com abertura com hora marcada, os fechados em estado de degrado e abandono ou fechados e em discreto estado de conservação, estes últimos, portanto, mais facilmente reutilizáveis.

As notícias recolhidas, em contínua alimentação e atualização, foram organizadas num banco de dados específico; tal banco de dados foi realizado em colaboração com o CRBC, que desde 2014 tinha se encarregado de informatizar as fichas do catálogo, e que hoje, em colaboração com a Superintendência, cuida de interfacear os dados de cada uma das obras de arte, das fichas de registro e do sistema de georeferenciação, além de gerir o volume dos dados do recenseamento.

Para cada um dos edifícios recenseados foi criada uma ficha de localização (LC) que indica o local e contém as informações relativas à tipologia, à denominação e ao endereço; parte significativa da ficha (parágrafo AI) contém todos os outros dados recolhidos; as fichas LC são todas preenchidas e, para cada uma delas, isto é, para cada edifício recenseado, corresponde um ponto de georeferenciação que torna possível identificar o local de interesse no mapa (Google Maps). Foram efetuados, além disso, o confronto e a integração dos dados em posse da Superintendência Especial para o Patrimônio Histórico, Artístico e Etnoantropológico e do Polo Museológico da Cidade de Nápoles com aqueles da Superintendência para os Bens Arquitetônicos, Paisagísticos, Históricos, Artísticos e Etnoantropológicos

de Nápoles e Província, procedendo à comparação entre os dados recolhidos para os edifícios sacros e daqueles contidos nas fichas AI relativas aos bens arquitetônicos. A criação de um glossário partilhado foi preliminar, em particular, as denominações dos locais monumentais foram uniformizadas, identificando aquele principal e recuperando, posteriormente, todos os documentados ou no uso comum, para poder encorpar todos os dados recolhidos relativos a cada edifício, a fim de evitar confusões. Depois foram selecionados dos vocabulários a fim de indicar, por exemplo, de maneira uniforme, os destinos de uso dos locais, distinguindo entre o uso original e o atual; tentou-se, portanto, desenvolver uma terminologia simples, mas adequada a representar uma situação tão articulada.

Esses mesmos dados foram elaborados para serem fruídos por um amplo público e foram publicados na página da Superintendência, e estão disponíveis em <http://www.polomusealenapoli.beniculturali.it/territorio.asp>. Atualmente podem ser consultadas as fichas relativas aos edifícios monumentais visitáveis, e estão em fase de elaboração as mesmas fichas relativas a todos os edifícios recenseados (igrejas fechadas, conventos, palácios, edículas votivas, fontes). Portanto, ao final do trabalho, que constitui uma inovadora experimentação de utilização de um sistema único relativo aos bens presentes na cidade de Nápoles, consentirá a consulta no site da Superintendência, de todas as fichas dos monumentos urbanos, com os dados histórico-artísticos, endereços, horários de abertura, modalidades de acesso, telefones de referências, propriedade e/ou, também, a impossibilidade de acesso.

Deste recenseamento resultava que numerosos eram os edifícios de culto inutilizados, entre os quais, um bom número era de propriedade da Cúria. Considerando este fato, e com um apreciável espírito de inovação, a Cúria de Nápoles, em 2011, publicou um edital para a cessão das igrejas fechadas, que previa a constituição de uma comissão composta por membros

de todas as Superintendências, da Direção Regional e da Faculdade de Arquitetura. Tal operação, obviamente, não podia prescindir da uma preliminar conservação do bem, do respeito à sacralidade dos locais e, portanto, da ideia que a reutilização deveria sempre responder às exigências culturais ou de assegurado interesse social. O princípio-guia foi a reciprocidade: os locais eram cedidos gratuitamente, mas os permissionários deviam garantir o aparato de segurança dos mesmos e a constante fruibilidade ao público. No caso de igrejas fechadas há muito tempo, são frequentemente necessárias importantes intervenções de restauro, e a despesa de notáveis recursos financeiros. Por este motivo, foi necessário excluir as cessões dos grandes complexos monumentais, as empresas ou associações que não pudessem garantir uma idônea conservação e fruição dos espaços. Não é este o caso dos edifícios menores e em melhor estado de conservação, recentemente cedidos a pequenas empresas como a Arquiconfraria de Santa Maria delle Grazie na Via Carlo Poerio, cedida em 2014 à Livraria Grimaldi; a Igreja de San Rocco a Chiaia foi cedida em 2012 para a Fondazione Pietà dei Turchini; San Nicola a Pisano foi cedida em 2012 à AREN (Associação dos Restauradores Napolitanos). Nesse ínterim, a Arquidiocese havia cedido em 2008 a Igreja de Santa Patrizia à Ambra Restauri, em 2009, a Igreja de Santa Maria della Luce ao laboratório artesanal Medart, e, finalmente, San Giovanni Maggiore, em 2012, à Ordem dos Engenheiros da Província de Nápoles. Já muito tempo antes, a Superintendência para os Bens Artísticos e Históricos de Nápoles e Província havia cedido a Igreja de Santa Maria di Betlemme à Associação Nova Orquestra Scarlatti, e a Igreja de Santa Catarina de Siena, de propriedade do Real Conservatorio della Solitaria à Fondazione Pietà dei Turchini, em 1997. Além disso, havia visto com bons olhos a cessão, por parte da Superintendência para os Bens Ambientais e Arquitetônicos, em 1992, ao Istituto Universitario Orientale da Capella Pappacoda, de propriedade do Patrimônio Público, a ser utilizada para as cerimônias de formatura e, com as

mesmas modalidades, a Igreja dos Santi Demetrio e Bonifacio à Faculdade de Arquitetura, para ser utilizada como Ala Magna.

Por outro lado, fora da Itália, também em função de uma cultura da conservação menos estratificada, percebe-se uma desenvoltura muito maior para a reutilização dos locais de culto, para os quais coloca-se à disposição importantes investimentos. Valha para todos, o ousado exemplo da Igreja de São Domingos em Maastricht. Em 2007, o célebre estudo dos arquitetos dinamarqueses Merckx+Girod projetou para o colosso holandês Boekhandels Groep Nederland aquela que foi indicada pelo jornal inglês *The Guardian* como a mais bela livraria do mundo. Trata-se da Selexyz Dominicanen Book Store, disposta na igreja dominicana de 1360, onde a celebração das funções religiosas cessou em 1794; os arquitetos, para tutelar o caráter peculiar da igreja, assegurando, simultaneamente, o espaço comercial, projetaram uma livraria monumental de dois andares concebida em posição assimétrica. De tal modo, o lado esquerdo da igreja permaneceu vazio, enquanto no lado oposto os visitantes podem percorrer os espaços da livraria até o terceiro andar, que oferece uma extraordinária experiência de visão e de estudo dos antigos afrescos, de outra forma invisíveis. O projeto recebeu em 2007 o prêmio *Lensvel de Architect*, importante reconhecimento ao design de interiores. Portanto, a sua realização não apenas não suscitou nenhuma reação indignada por parte da comunidade religiosa local, mas o projeto foi premiado, como recita a motivação, exatamente pelo diálogo que soube construir entre o mobiliário da livraria e a suntuosidade da igreja; de fato, entre imponentes colunas e sobre o fundo de bíforas, as prateleiras high-tech criam uma dimensão cheia de fascínio. Além disso, a antiquíssima catedral voltou a ser um local de agregação cultural, além de ter se tornado um novo ponto de atração turística e comercial.

Gostaria de concluir este *excursus* dizendo que, embora tenha se tratado de um trabalho apaixonante, ele não se baseou no prazer de realizá-lo,

mas na utilidade que poderia ter; procurou-se não negligenciar nada porque a realidade de uma cidade e, principalmente de uma cidade estratificada e complexa como Nápoles, é feita de um conjunto composto de monumentos religiosos mais ou menos significativos e pela construção civil, também menor. Um dos princípios que guiaram a pesquisa foi o considerar como valor preciosíssimo a “continuidade”, valor que às vezes é diminuído, interrompido por construções recentes, sem critérios e fora de contexto, por placas, pelo mobiliário urbano sem controle, e que certamente a deturpam e atentam à continuidade da beleza e mortificam a sua dignidade. Mas nem por isso deve ser interrompida a continuidade do conhecimento do tecido artístico e arquitetônico. Propusemo-nos a trabalhar com objetividade, a descrever a realidade como ela é atualmente, criando as bases cognoscitivas para uma realidade como se desejaria que fosse, pois em tempos duros devemos ter sonhos duros, sonhos reais aqueles que, se nos propusermos a fazer, acontecerão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALISIO, Giancarlo. La distruzione del patrimonio religioso tra soppressione degli Ordini e sisma del 1980. In: GALANTE, Gennaro Aspreno. *Guida sacra della città di Napoli*. (org. Nicola Spinosa) Napoli: Società Editrice Napoletana, 1985, p. XXI-XXX.

CARAFA, Riccardo et alii. Ai nostri benevoli lettori. *Napoli Nobilissima*: rivista di topografia ed arte napoletana. Anno I, n. 1, Napoli: Stabilimento Tipografico V. Vecchi, 1892, p. 1-2.

DE LUCA, Erri. *E disse*. Milano: Feltrinelli, 2011.

DI MAURO, Leonardo. “Cosa più diletta veder non si può in terra”, Cinque secoli di guide e descrizioni di Napoli. In: GALANTE, Gennaro Aspreno. *Guida sacra della città di Napoli*. (Org. Nicola Spinosa) Napoli: Società Editrice Napoletana, 1985, p. XXXIX- LIV.

GALANTE, Gennaro Aspreno. *Guida Sacra della città di Napoli*. Napoli: Stamperia del Fibreno, 1872.

SPINOSA, Nicola. Napoli da città “sacra” a città “dissacrata”. In: GALANTE, Gennaro Aspreno. *Guida sacra della città di Napoli*. (Org. Nicola Spinosa) Napoli: Società Editrice Napoletana, 1985, p. IX-XIX.

Recebido em 30.09.2017

Aceito em 10.12.2017